

COMERZZIA BRASIL S.A

CNPJ sob nº 48.019.174/0001-22

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

1. Contexto operacional

A Comerzzia Brasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, 10º Andar, Sala 1002, Brooklin Paulista, São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 48.019.174/0001-22. A regência de suas atividades e atos societários dá-se na forma de seu Estatuto Social e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Com operações nos mercados nacional e internacional, o objeto social da Companhia consiste no desenvolvimento e licenciamento de softwares customizáveis ou não customizáveis, na prestação de serviços de suporte técnico em informática — incluindo a instalação, configuração e manutenção de sistemas e bancos de dados — e na execução de outras atividades estratégicas em tecnologia da informação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo divulgadas em conformidade com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Sociedades por Ações de capital fechado, abrangendo as diretrizes dos pronunciamentos técnicos expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a NBC TG 1001 Contabilidade para Pequenas Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os aspectos societários da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Estas demonstrações asseguram a plena divulgação de todas as informações relevantes e específicas às demonstrações contábeis, mantendo-se perfeitamente consistentes com as premissas e relatórios utilizados pela Administração em sua gestão operacional.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas adotando o custo histórico como base primária de mensuração, exceto para as contas cujas normas contábeis específicas exigiram critérios distintos de valoração.

O resultado das operações é apurado em estrita observância ao regime de competência, que determina o registro das receitas e despesas no período de sua ocorrência econômica, independentemente de sua liquidação financeira, assegurando a devida confrontação entre receitas e despesas correlatas. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, sendo apresentada líquida de eventuais cancelamentos e devoluções.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que reflete a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade opera e gera seus fluxos de caixa. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em Reais (R\$), em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as diretrizes estabelecidas pelo

2.3. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes sob as circunstâncias, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar em marcha normal e concluiu que a entidade possui recursos e planos operacionais para manter suas atividades em um futuro previsível. Portanto, estas demonstrações contábeis foram preparadas sob a premissa de continuidade operacional, não havendo intenção ou necessidade de liquidação ou cessação das operações.

3. Práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com alta liquidez. Essas aplicações possuem vencimento original igual ou inferior a três meses (ou 90 dias) a contar da data de contratação, são prontamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de alteração em seu valor de mercado, sendo mantidas estrategicamente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos direitos regulados pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São apresentadas pelo valor nominal das faturas originárias e ajustadas, quando aplicável, pela dedução das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Dado o perfil das operações, os prazos de vencimento são majoritariamente de curto prazo, figurando integralmente no ativo circulante.

3.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar são reconhecidos pelo regime de competência regulados pelas operações realizadas pela Companhia, sendo segregados da seguinte forma: (a) IRPJ e CSLL a recuperar: corresponde aos valores pagos por estimativa ao longo do exercício. Esses tributos sobre o lucro são mensurados em conformidade com as leis fiscais vigentes na data do balanço. Periodicamente, a Administração reavalia as posições interpretativas assumidas perante a legislação tributária e, quando julgado necessário, estabelece provisões com base nos valores estimados de desembolso para a liquidação de eventuais passivos fiscais; e (b) Demais tributos a recuperar: corresponde à soma dos valores retidos na fonte sobre as operações de prestação de serviços da Companhia, compreendendo o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é registrado pelo custo histórico de aquisição e depreciado pelo método linear ao longo de sua vida útil econômica estimada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio imobilizado da entidade é representado integralmente por móveis e utensílios, cuja taxa de depreciação aplicada é de 10% ao ano. O saldo contábil líquido dessa rubrica totaliza R\$ 2.612,40 (dois mil, seiscentos e doze reais e quarenta centavos).

3.5. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, uma vez que, o pagamento dar-se-á no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.6. Tributos a recolher

A Companhia registrou os seguintes tributos a recolher, detalhados por natureza. Estes valores representam as obrigações tributárias geradas no período, ainda não quitadas até a data de fechamento das demonstrações contábeis.

A Companhia adota políticas de gestão tributária com o objetivo de assegurar o cumprimento de todas as obrigações fiscais dentro dos prazos estabelecidos, evitando assim a incidência de multas e juros. A administração monitora constantemente as atualizações na legislação tributária para garantir a conformidade e otimizar a carga tributária.

3.7. Transações com Partes Relacionadas

As obrigações financeiras decorrentes de empréstimos com empresas do grupo, diretores e membros da administração estão classificadas no passivo não circulante, Contas a pagar a partes relacionadas, dado o vencimento superior a 12 meses após o encerramento do exercício. Essas transações são conduzidas no curso normal dos negócios, mediante termos acordados entre as partes, e mensuradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, refletindo as condições contratuais e os efeitos das taxas de juros aplicáveis.

3.8. Capital social

O Capital Social da Companhia, registrado sob o patrimônio líquido nas demonstrações contábeis, representa o montante total de recursos que os acionistas aportaram na entidade, integralmente subscrito e integralizado, na seguinte proporção:

Acionistas	Em Reais (R\$)	Em %
COMERZZIA, TECNOLOGÍAS ESPECÍFICAS PARA EL COMERCIO, SL.	25.000,00	50%
SEIDOR RETAIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	25.000,00	50%
Total	50.000,00	100%

3.9. Receita líquida de vendas

A conciliação entre a receita bruta de vendas e serviços e a receita líquida apurada pela Companhia apresenta a seguinte composição:

Descrição	Em Reais (R\$)
Receita bruta de vendas e serviços	125.962,95
[-] PIS, Cofins e ISS	10.404,64
Receita líquida de vendas	115.558,31

3.10 Provisões, Contingências e Compromissos

A Companhia não é parte envolvida em processos judiciais ou administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária ou previdenciária cujas expectativas de perda sejam classificadas como prováveis ou possíveis. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída no encerramento do exercício. Adicionalmente, a Administração declara que a entidade não possui compromissos financeiros de longo prazo, garantias prestadas a terceiros ou ônus reais sobre seus ativos que demandem divulgação nestas demonstrações contábeis.

3.11. Eventos subsequentes

Até a data em que a Administração autorizou a conclusão e a divulgação deste relatório financeiro, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que gerassem impactos significativos sobre a situação econômica e financeira da Companhia, ou que demandassem evidenciação adicional nestas notas explicativas.

MARCELLO EDOARDO THIEMANN

Diretor

CPF sob nº 869.808.237-87

LEYLA DE JESUS BARBOSA

Contador

CRC 1SP 300.393/O-8

CPF sob nº 105.863.867-00